Trabalho apresentado no 20º CBCENF

Título: PROFISSIONAIS DO SEXO E POLÍTICA PÚBLICAS

Relatoria: ANA PATRICIA SERGIO LIMA
MACIEL MAX RIOS VASCONCELOS
VITÓRIA RÉGIA PEREIRA DE SOUSA

Autores: ANTÔNIO GUSTAVO RODRIGUES DE LIMA
TAMIRES MARIA SILVEIRA ARAÚJO
FRANCISCA ALANNY ROCHA AGUIAR

Modalidade: Pôster

Área: Políticas Sociais, Educação e Gestão

Tipo: Pesquisa

Resumo:

INTRODUÇÃO: Com a criação do Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PAISM), em 1983, houve um novo enfoque ao gênero feminino, o que proporcionou a ampliação dos cuidados a mulheres com comportamentos de risco sexual(AQUINO; XIMENDES; PINHEIRO, 2010). Nesse contexto, ressalta-se que, ainda há grandes desafios a serem superadas na busca de promover saúde e qualidade de vida as mulheres profissionais do sexo. OBJETIVO: Discutir os desafios das políticas públicas de saúde da mulher diante a vulnerabilidade das profissionais do sexo. METODOLOGIA: Trata-se de uma revisão de literatura, realizada em Maio de 2017, a partir da busca na Biblioteca Virtual da Saúde, acessando a base Scientific Electronic Library Online (SCIELO), utilizando a combinação de termos por meio da busca avançada com os descritores Vulnerabilidade social; políticas públicas e a palavra-chave prostituição. Os critérios de inclusão utilizados foram: artigos disponíveis na íntegra, em português e que retratem o objetivo do trabalho e os de exclusão foram: artigos que se repetiram e que não se relacionavam ao objetivo desse estudo. Foram encontrados sessenta e nove artigos com o cruzamento dos descritores, após serem filtrados restaram quarenta e um artigos. Desses, dezoito dos artigos eram duplicados, nove não se adequavam ao objetivo do tema e dois não se encontravam disponível, resultando em doze artigos para a revisão. RESULTADOS: A prostituição, ato considerado de marginalidade, proporciona exclusão das profissionais do sexo dos serviços de saúde, levando o indivíduo vulnerável a não usufrui do seu direito, garantido pelas políticas publicas de saúde, de acessa-los. Villela e Monteiro (2015) enfatizam que embora a PAISM explicite o reconhecimento das distintas necessidades de saúde das mulheres, não foi pensada estratégias específicas para ampliar o acesso à saúde das profissionais do sexo. Tal descuido expõe esse grupo à situação de desproteção o que fere o princípio da equidade. CONCLUSÃO: Concluímos que há um cenário social desfavorável as profissionais do sexo, uma vez que ainda existe um estigma social em relação a estas, o que as leva a se afastarem dos serviços de saúde, sendo necessário a promoção de ações que revertam esse quadro e reintegrem essas mulheres ao serviços de saúde.